



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Leia de em sess

02/04/2002

MENSAGEM Nº 21/02.

Ibiúna, 1º de abril de 2002.

SENHOR PRESIDENTE:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência Projeto de lei que "**Dispõe sobre Taxa de Licença para publicidade e dá outras providências**".

Trata-se de relevante inovação no que tange ao urbanismo de nosso município, a medida que a publicidade desenfreada, sem qualquer submissão ao poder público tem causado, ao longo do nosso Brasil, acidentes de grandes proporções, seja pela má fixação de placas e outdoors, seja pelo mau posicionamento das mesmas, colocando em risco até mesmo a segurança do trânsito.

Aliado a isto, temos que a colocação de publicidades em locais inadequados constitui também uma forma de poluição, a visual, que também cabe ao Poder Público empenhar-se em combatê-la.

Desta forma, afóra os casos expressamente consignados na lei, sempre que da veiculação de publicidades, o interessado deverá requerer licença ao Poder Público, que analisará a viabilidade e

AVENIDA CAPITÃO MANOEL DE OLIVEIRA CARVALHO, 51 CEP 18150-000

ADMINISTRATIVA
Projeto de Lei nº 138/2002
Recebido em 02 de 04 de 2002
Prazo vence em de de
Recebido por





PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

conveniência de tal ocorrência, sempre em benefício da coletividade, efetuando cobrança de uma taxa.

Com o escopo de também não prejudicar direitos individuais, a presente proposição isenta aquelas publicidades tidas como não perigosas ou de pequenas proporções, bem como as previstas em lei, além de dar descontos àqueles que se predispõe a pagar em prazos ideais.

Outrossim, os valores consignados foram apostos com base em averiguação da realidade fática de nosso município e comparativo com outras cidades de nossa região, onde a taxa de publicidade também vigora por força de lei.

Informo ainda que a presente lei deverá vigorar a partir do ano vindouro, considerando o princípio tributário da anterioridade, já sendo aplicado o no valor da UFMI (Unidade Fiscal do Município de Ibiúna), no importe de R\$ 18,72 (dezoito reais e setenta e dois centavos).

Com a aprovação da presente proposição, temos a certeza que avançaremos anos em prol de nossa população, vislumbrando uma Ibiúna mais segura, bonita e com seus habitantes melhores servidos pela administração pública municipal, a qual fará uso de maneira comedida e racional de seu poder de polícia.

São estas, Senhor Presidente, as razões em que me levam a propor o presente Projeto de Lei, para que seja submetido à



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Handwritten signature and initials in the top right corner.

apreciação dos Nobres Vereadores dessa Egrégia Câmara Municipal, **em regime de urgência, nos termos previstos no § 1º, do artigo 45, da Lei Orgânica do Município.**

Sem mais para o momento renovamos a Vossa Excelência, na oportunidade, nossos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EXMO. SR.

JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA.

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA/SP.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

139/2002
PROJETO DE LEI Nº 21
DE 1º de abril de 2002.

**Dispõe sobre Taxa de Licença para
publicidade e dá outras providências.**

FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA, Prefeito da
Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas
por Lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou
e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

SEÇÃO I – DA INCIDÊNCIA

ARTIGO 1º - Fica instituída a taxa de licença para publicidade, que será
cobrada pela exploração e/ou utilização, por qualquer meio ou processo de
anúncios nas vias e logradouros públicos, ou em local deles visíveis, ou
ainda, em outros locais de acesso público.

§ 1º - Para efeito da incidência da taxa de licença para publicidade,
consideram-se anúncios, quaisquer instrumentos ou formas de comunicação
visual ou audiovisual de mensagens, inclusive aqueles que contiverem
apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Handwritten signature and initials in the top right corner.

representativos de nomes, produtos, locais ou atividades, inclusive aqueles fixados em veículos de transporte de qualquer natureza.

§ 2º - Quaisquer alterações procedidas quanto ao tipo, característica ou tamanho do anúncio, assim como sua transferência de local, acarretarão nova incidência da taxa instituída por essa Lei.

ARTIGO 2º - A incidência e o pagamento da taxa independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;

II - da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgados pela União, Estado ou Município;

III - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvará ou vistoria.

Handwritten signature on the right margin.

ARTIGO 3º - A taxa não incide quanto:

I - aos anúncios destinados a fins patrióticos e à propaganda dos partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;

II - aos anúncios no interior de estabelecimentos, divulgando artigos ou serviços nele negociados ou explorados;



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

III – aos anúncios e emblemas de atividades quando colocados nas respectivas sedes ou dependências e fizerem referências exclusivas às atividades respectivas, sem exceder 0,5 m²;

IV – às placas ou letreiros de identificação de prédios, de avisos técnicos elucidativos do emprego ou finalidade da coisa, de orientação do público, de oferta de emprego, de colocação obrigatória decorrente de disposição legal ou regulamentar desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

V – às placas de profissionais liberais, autônomos ou assemelhados, até 30 cm² (trinta centímetros quadrados), quando colocadas nas respectivas residências e locais de trabalho e contiverem tão somente o nome, profissão e eventual nº de registro;

VI – aos anúncios de locação e venda de imóveis em cartazes impressos de dimensões até 50 cm² (cinquenta centímetros quadrados), quando colocados no respectivo imóvel, pelo proprietário, e sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

VII – aos nomes, siglas, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias identificativos de empresas que, nas condições legais e regulamentares, se responsabilizem, gratuitamente, pela colocação e manutenção de cestos destinados à coleta de lixo nas vias e logradouros públicos, ou se encarreguem da conservação sem ônus para a Prefeitura, de parques,



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

08

jardins e demais logradouros públicos arborizados, ou ainda, do plantio e proteção de árvores.

SEÇÃO II – DO SUJEITO PASSIVO

ARTIGO 4º - Contribuinte da taxa de Licença para Publicidade é a pessoa física ou jurídica:

I – que faça qualquer espécie de publicidade e/ou anúncio;

II – que explore ou utilize, com objetivos comerciais, divulgação de publicidade e/ou anúncios de terceiros.

ARTIGO 5º - São solidariamente obrigados ao pagamento da taxa:

I – aquele a quem o anúncio aproveitar, quanto ao anunciante ou ao objeto anunciado;

II – o proprietário, o locador ou o cedente de espaço de bem imóvel, inclusive de veículos, exceto os motoristas autônomos de veículos de aluguel desde que o espaço não ultrapasse 5% da área externa.

[Handwritten signature]

SEÇÃO III – DO CÁLCULO



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

ARTIGO 6º - A taxa será calculada em função da natureza da publicidade com base na tabela que acompanha essa lei, levando em conta os períodos, critérios e alíquotas nela indicadas.

SEÇÃO IV - DO LANÇAMENTO E INSCRIÇÃO

ARTIGO 7º - Ao requerer licença para publicidade, o sujeito passivo fornecerá os elementos necessários à sua perfeita identificação, localização e caracterização, além de outras informações que venham a ser solicitadas.

ARTIGO 8º - O sujeito passivo deverá promover tantas inscrições quantas forem necessárias, a critério da repartição fiscal competente.

ARTIGO 9º - A inscrição será efetuada no prazo estabelecido por regulamento e alterada pelo sujeito passivo dentro do mesmo prazo, contado a partir da data de ocorrência dos fatos ou circunstâncias que impliquem sua modificação.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Poder Público Municipal poderá promover, de ofício, inscrição ou alterações cadastrais sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando não efetuadas pelo sujeito passivo ou, sem tendo sido, apresentarem erro, omissão ou falsidade.

ARTIGO 10 - O Poder Público Municipal poderá efetuar o lançamento da taxa em conjunto ou separadamente com o de outras taxas ou do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.



SEÇÃO V – DA ARRECADAÇÃO

ARTIGO 11 – A taxa de Licença para Publicidade será paga na forma e prazos regulamentares.

SEÇÃO VI – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

ARTIGO 12 – Sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis, a falta de pagamentos nos prazos estabelecidos, o pagamento a menor, ou a não retenção do tributo aos que obrigados, deixarem de efetuá-lo, implicará na cobrança das seguintes multas incidentes sobre o valor da taxa:

I – 20% (vinte por cento) para recolhimento efetuado antes do início de ação fiscal;

II – 40% (quarenta por cento) para recolhimento efetuado após o início da ação fiscal ou através dela;

III – em qualquer caso, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês imediato ao do vencimento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Considera-se como mês completo qualquer fração dele.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

ARTIGO 13 – Nos casos de incidência de penalidade, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa, se efetuado dentro de 15 (quinze) dias contados a partir da data da confissão do débito ou da autuação.

ARTIGO 14 - As infrações às normas relativas à taxa sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

I – Infrações relativas à inscrição e alteração cadastrais:

a) multa de 07 (sete) UFMI aos que deixarem de efetuar, na forma e prazos regulamentares, a inscrição inicial, as inscrições de dados cadastrais ou encerramento de atividade, quando a ação for apurada através de ação fiscal ou denunciada após o seu início;

b) aos contribuintes que promoverem alterações de dados de cadastro ou encerramento de atividade, quando ficarem evidenciadas não terem ocorrido as causas que ensejarem essas modificações cadastrais, aplica-se multa de 06 (seis) UFMI.

ARTIGO 15 – Na reincidência, os valores das multas serão cobradas em dobro.

CAPÍTULO II – DISPOSIÇÕES GERAIS



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

ARTIGO 16 - O lançamento ou pagamento da taxa não importa no reconhecimento da regularidade da atividade ou publicidade.

ARTIGO 17 - Essa Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2003, revogadas as disposições ao contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna, em
1º de abril de 2002.


FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

13

TABELA

TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

01 - Publicidade por meios de placas ou letreiros relativa a atividade exercida no local, afixada na parte externa de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros. Por ano e por m².....01 UFMI

02 - Publicidade própria ou de terceiros, afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros. Por ano e por m².....01 UFMI

03 - Publicidade em cinemas, teatros, casas noturnas e similares, por meios de painéis ou qualquer dispositivo. Por mês e por anunciante.....01 UFMI

04 - Publicidade em geral, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive de estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais e locais de práticas esportivas. Por ano e por m².....02 UFMI



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

05 - Publicidade em qualquer veículo que contenha modalidade de publicidade escrita. Por ano e por veículo.....01 UFMI

06 - Publicidade em qualquer veículo que contenha modalidade de publicidade sonora. Por ano e por veículo.....08 UFMI

07 - Publicidade por meio de projeção de filmes em cinemas, teatros, casas noturnas, e similares e em vias e logradouros públicos. Por mês e por anunciante.....02 UFMI

08 - Publicidade provisória por meio de cartazes. Por unidade.....01 UFMI

09 - Publicidade aérea, por meios de balões, aviões, helicópteros e congêneres. Por mês e por anunciante.....01 UFMI

10 - Publicidade em mesas, cadeiras, bancos e outros instalados em passeios e logradouros públicos quando permitidos. Por ano e por unidade.....01 UFMI



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

15

11 - Placas de contratantes de serviços em construções de vendedores de artigos, aplicados nas obras em execução. Por ano e por unidade.....01 UFMI

12 - Publicidade por meio de inscrições luminosas, jornais, luminosos ou quadros iluminados em lugares diversos do estabelecimento ou com anúncio do próprio estabelecimento. Por ano e por unidade.....01 UFMI

13 - Anúncios em folhetos de programas distribuídos nas casas de diversões por firma patrocinadora. Por ano e por patrocinador.....01 UFMI

14 - Folhetos, anúncios ou impressos de qualquer formas de entregas nas vias ou em logradouros públicos. Por dia e por entregador.01 UFMI

15 - Mostuários colocados nas partes externas de estabelecimentos, quando permitidos, com até dez centímetros de saliência. Por ano.....04 UFMI

16 - Mostuários colocados nas partes externas ou em outros locais, quando permitido. Por ano.....08 UFMI

17 - Exposição de mercadorias, sem vendas de artigos. Por dia e por m².....01 UFMI

B.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

[Handwritten signature]

18 - Quadros apropriados, quando permitidos para fixação de cartazes.

Por ano e por m².....01 UFMI

[Handwritten signature]

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL

CÂMARA MUNICIPAL DA
TURFIA DE IBIÚNA
DE
EM 22 DE
PRESIDENTE
1º SECRETÁRIO

Considerando que o Chefe do Executivo encaminhou para deliberação desta Casa de Leis no dia 01 de abril passado o Projeto de Lei nº. 134/2002 que "Dispõe sobre denominação de rua";

Considerando que o Chefe do Executivo encaminhou para deliberação desta Casa de Leis no dia 01 de abril passado o Projeto de Lei nº. 135/2002 que "Dispõe sobre denominação da Quadra Poliesportiva do Bairro Residencial Ibiúna";

Considerando que o Chefe do Executivo encaminhou para deliberação desta Casa de Leis no dia 01 de abril passado o Projeto de Lei nº. 136/2002 que "Dispõe sobre denominação da Quadra Poliesportiva do Bairro Coelhos";

Considerando que o Chefe do Executivo encaminhou para deliberação desta Casa de Leis na presente data o Projeto de Lei nº. 137/2002 que "Autoriza o Poder Executivo a receber área que especifica em comodato e dá outras providências";

Considerando que o Chefe do Executivo encaminhou para deliberação desta Casa de Leis na presente data o Projeto de Lei nº. 138/2002 que "Dispõe sobre Taxa de Licença para publicidade e dá outras providências";

Considerando que as denominações propostas à rua, Ginásios Poliesportivos são de saudosos moradores dos Bairros de nosso município, pessoas idôneas e honradas que sempre dedicaram parte de sua vida em prol das suas Comunidades;

Considerando a necessidade para que o Executivo firme o termo de comodato para que o município possa implantar efetivamente a Unidade de Administração Regional do Bairro Gabriel;

Considerando que o município deve disciplinar a colocação de placas e outdoors dentro de normas urbanísticas sem prejuízo a coletividade;

Considerando a relevância das proposições acima, pois tratam de denominações, administração regional e publicidade no município.

Diante do exposto, requeremos à Mesa, nos termos dos Artigos 131, 132 e seus incisos do Regimento Interno, sejam os Projetos de Lei nºs. 134, 135, 136, 137 e 138/2002 colocados em Regime de Urgência Especial; e incluídos para discussão e votação única na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

SALA VEREADOR RAIMUNDO DE ALMEIDA LIMA, EM 02 DE ABRIL DE 2002.

Juventina Vieira Dias
Vereador PSD

Leoncio R. da Costa
(LEONCINHO)
Vereador-P.T.B

Paulo K. SASSAKI

Fausto

Valdeir Fiol

Magela Pereira Bastos Pato

REQUERIMENTO

Sr. Presidente:-

Os Vereadores subscritos abaixo, vem mui
respeitosamente nos termos dos Artigos 211 e 212 do Regimento Interno
propor a abertura de um precedente regimental, para que o Projeto de Lei
nº. 138/2002 que "Dispõe sobre Taxa de Licença para publicidade e dá
outras providências", incluído para votação na Ordem do Dia da presente
Sessão Ordinária através de Requerimento de Urgência Especial aprovado
regimentalmente, seja retirado da pauta, para melhores estudos, em
virtude de que os subscritores entendem de que deva haver um melhor
estudo da matéria.

Nestes Termos,

Pedem Deferimento.

Sala Vereador Raimundo de Almeida Lima, em 02 de
abril de 2002.

APROVADO

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA

TURÍSTICA DE IBIÚNA

EM 02 DE ABRIL DE 2002

PRESIDENTE 1º SECRETÁRIO

18

[Handwritten signatures of the subscribers:]
Laurindo
Fortunato Caldeira
B. Martin
Paulo K. S. S. S. S.
Valdeci F. F. F.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua XV de Novembro, 299 – 13150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 241-1266

SECRETARIA

e-mail: cmibiuna@interlegis.gov.br

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 138/2002 de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 02 de abril passado, sendo lido no expediente da Sessão Ordinária da mesma data, onde também recebeu no expediente Requerimento de Urgência Especial nos termos regimentais, para inclusão, discussão e votação na mesma Sessão.

Certifico mais, colocado em votação nominal na Ordem do Dia da mesma Sessão Ordinária o Requerimento de Urgência Especial foi aprovado por quatorze votos favoráveis e três contrários dos Vereadores Roque José Pereira, Lázaro Antonio de Freitas e João Benedicto de Mello Neto, suspensa a Sessão para elaboração de pareceres, e após a abertura da Sessão foi apresentado requerimento nos termos dos artigos 211 e 212 do Regimento Interno solicitando a retirada da pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº. 138/2002, que colocado em votação o requerimento foi aprovado por dezesseis votos favoráveis e um contrário do Vereador Luiz Fernando Pereira.

Certifico finalmente, que em virtude da aprovação do requerimento para retirada da pauta da Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº. 138/2002, ficou inscrito para discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 09 p. futuro.

Ibiúna, 03 de abril de 2002.

Amauri Gabriel Vieira
Secretário da Div. do Processo Legislativo



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

OFÍCIO-SA-Nº 26/02.
Jp./

IBIÚNA, 09 DE ABRIL DE 2002.

Fls 20

LEIA-SE EM SESSÃO.
IBIÚNA 09/04/2002.

SENHOR PRESIDENTE:

De ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, valemo-nos do presente para solicitar a Vossa Excelência a RETIRADA do Projeto de Lei nº 21/02, de 01 de abril de 2002, que dispõe sobre taxa para publicidade e dá outras providências, a fim de que a matéria seja reestudada para posterior remessa à apreciação da Câmara.

No aguardo de atendimento, subscrevem-nos com os nossos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JAMIL PRADO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Secretaria Administrativa
Recebido 09/04/2002 - 8.56M



AO

EXMO. SR.

JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA.

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA.

IBIÚNA-SP.

APROVADO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA
EM 09/04/2002 DE 2002
PRESIDENTE 1º SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua XV de Novembro, 299 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 241-1266

SECRETARIA

e-mail: cmibiuna@interlegis.gov.br

21

CERTIDÃO:

Certifico que no expediente da Sessão Ordinária do dia 09 de abril passado foi apresentado o Ofício SA nº. 26/02 solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº. 138/2002 de autoria do Chefe do Executivo.

Certifico mais, colocado em votação na Ordem do Dia da mesma Sessão Ordinária o Ofício SA nº. 26/02 foi aprovado por dezesseis votos favoráveis e um contrário do Vereador Luiz Fernando Pereira. Certifico finalmente, que em face da aprovação do Ofício, referido Projeto de Lei ficará arquivado nos Anais desta Casa de Leis.

Ibiúna, 10 de abril de 2002.

Amauri Gabriel Vieira
Secretário de Div. do Processo Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÕES

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 138/2002

AUTORIA CHEFE DO EXECUTIVO

RELATOR: VEREADOR LUIZ FERNANDO PEREIRA

COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS E ORÇAMENTO; E OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.

O Chefe do Executivo apresentou para apreciação desta Casa de Leis na presente data, o Projeto de Lei nº. 138/2002 que "Dispõe sobre a Taxa de Licença para publicidade e dá outras providências."

A Comissão de Justiça e Redação em análise a proposta original, quanto a sua competência, sob a legalidade e constitucionalidade, emite parecer favorável pela tramitação regimental, pois a proposição tem o objetivo autorizar o Executivo a criar Taxa de Licença para publicidade, que será cobrada pela exploração e ou utilização, por qualquer meio ou processo de anúncios nas vias e logradouros públicos, ou em outros locais de acesso público.

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão competente em estudo, também exara parecer pela tramitação regimental, pois as despesas correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

A Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, quanto a sua competência, exara parecer pela tramitação normal, pois a proposta dispõe sobre as normas para incidência da Taxa de Licença para publicidade nos logradouros e vias públicas.

Ao Plenário que é soberano em suas decisões.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM 02 DE

ABRIL DE 2002.

LUIZ FERNANDO PEREIRA

RELATOR - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

ALEXANDRE BELLO DE OLIVEIRA
VICE - PRESIDENTE

JOÃO BENEDICTO DE MELLO NETO
MEMBRO

BENEDITO VIEIRA MARTINS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

FORTUNATO COELHO RAMALHO
VICE PRESIDENTE

SALVADOR ALVES DOS SANTOS
MEMBRO



COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer conjunto a Projeto de Lei nº. 138/2002 - fls. 02

LEONCIO RIBEIRO DA COSTA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES
PRIVADAS



ROQUE JOSÉ PEREIRA
VICE - PRESIDENTE



JUVENAL DIAS RIBEIRO
MEMBRO